

ESTUDOS

MANUAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (*)

GLÁUCIO VEIGA

O país subdesenvolvido não contém, apenas, um *círculo vicioso* ou o já clássico vicioso, de natureza econômica. Sôbre êste círculo, outros tão ou mais viciosos se superpõem, sem dúvida, reflexo ou projeção do círculo economicamente insuperável. Entre êstes, destaca-se o círculo vicioso da aprendizagem da Economia, nos subdesenvolvidos.

Todos são unânimes em reconhecer especificidade estrutural nas áreas atrasadas. E ainda há quem pense — e concordamos — que cada subdesenvolvido retém seu “subdesenvolvimento próprio”.

Mas, o estudante do país subdesenvolvido ingressa na ciência econômica através de manuais escritos pelos *desenvolvidos*.

As motivações, os exemplos de que êstes manuais se recheiam — sem falarmos nas teorias — são sensibilidades existentes na circunstância do estudante desenvolvido, elementos tangíveis e participantes da vida de cada um; e exatamente por isto, êsses livros de texto funcionam anódinos, inoperantes e estranhos nos países atrasados, “insensibilizando” o universitário no tocante à “sua” realidade econômica. Para êste fato, desde muitos anos que chamamos a atenção dos estudiosos do subdesenvolvimento.

Se nos alongarmos aos problemas teóricos, então, a confusão se multiplica para o estudante, atônito perante as múltiplas interpretações e diversificados conceitos, sôbre idênticos fenômenos.

A crise dos manuais vem sendo alarmante no ensino da Economia Política. Três livros, hoje, tornados clássicos cor-

(*) Fernando de Oliveira Mota, Manual do Desenvolvimento Econômico, Fundo de Cultura, 520 páginas, 1964.

rem nas mãos dos estudantes e, pela ordem de maior índice de consultas, são: Samuelson, Stonier e Hague e Boulding, todos, absolutamente transparentes através de traduções.

Êsses livros, endereçados ao estudante americano ou inglês, de melhor nível intelectual que o nosso, geram, por si, alguns problemas de aprendizagem.

Tomemos, por exemplo o Samuelson, já na 3a. edição da *Agir*, tradução levantada sobre a, também, 3a. edição americana.

As edições da obra de Samuelson renovam-se intensamente não apenas gráfica mas estruturalmente. Assim, a 1a. edição enfatizou a *depressão*; a segunda atraiu para a dignidade de um primeiro plano, a *inflação* e a última centrou-se e concentrou-se em torno do “desenvolvimento eficiente e a estabilidade”.

Se a obra de Samuelson fôsse simbolizada numa rosácea, o centro da gravidade e equilíbrio sofreria, portanto, mutações que logicamente repercutiriam na unidade do livro.

Esta mudança e deslocamento de pontos focais na obra de Samuelson, livro palpitante, dinamizando em função da sua circunstância econômica, não imanta a inteligência do estudante brasileiro.

Daí, o paradoxo de que a terceira edição de Samuelson não seja o compêndio mais adequado para o universitário nacional. Em função da nossa realidade nacional, êle seria um tanto meta-econômico. A 2a. edição, centrada e irradiando-se em torno da inflação pareceria mais recomendável. Recomendável até certo ponto, pois os mecanismos inflacionários brasileiro e latino-americano são específicos.

Sendo um livro estranho para estranhos, suas análises evidentemente embasam-se sobre dados estatísticos locais o que concorre para a perda de atualidade e do “sentido” da realidade brasileira.

Então, continuamos, didaticamente, alienados, a forjar nossas análises e investigações e a interpretar realidades alheias.

Bem verdade que os tradutores procuraram atenuar o processo de alienação didática, através de atualizantes notas de texto que formam um esboço de integração do livro, dentro do nosso processo econômico.

Samuelson não manipulou a simbólica algébrica e substi-

tuiu gráficos geométricos pelos exemplos aritméticos, acompanhados de gráficos pictóricos.

Sem dúvida, isto gerou uma acessibilidade muito grande, principalmente se ponderarmos que a maioria dos estudantes brasileiros — e especialmente nordestinos — orientados para os cursos jurídicos ou de economia, apresentam-se desarmados de conhecimentos matemáticos básicos.

Em sucesso, depois do de Samuelson, irrompe o livro de texto de Stonier e Hague facilitado aos universitários através da belíssima tradução de Cássio Fonseca, versão terminologicamente precisa e redigida em rigoroso vernáculo. O manual de Stonier e Hague utiliza-o os estudantes do “College” da Universidade de Londres e o consideramos mais claro, iluminado e sóbrio que o manual de Samuelson. Mas, mesmo assim, basta a advertência à 2a. edição inglesa sobre operações do mercado aberto, desenvolvidas na secção 6a. do capítulo XVIII para pressentirmos que poucos economistas nacionais — e não somente o universitário — estão aptos a compreender tal advertência, à guisa de antefácio.

O livro de Boulding, agora, tornado doméstico numa tradução do economista Diógenes Machado tinha pouca penetração entre nós, apesar da versão castelhana.

Sóbrio como o de Stonier e Hague e sem os toques jornalísticos da obra de Samuelson, emerge como um dos melhores compêndios estrangeiros.

Ao ser lançado em 1941, Boulding inaugurava revolução no campo da didática econômica. Aplicava êle, pela primeira vez, o método instrumental (implement method), pois os temas para análise estão em função dos implementos de análise adotados. Por outras palavras: a estruturação do livro não obedeceu ao critério temático, à classificação por matéria; antes, projetou-se o manual em função dos processos de análise.

Decorre, daí, a eliminação da velha divisão — produção, consumo, distribuição — para se articular o manual em duas grandes partes: instrumental analítico da oferta e da procura e o instrumental da análise marginal.

Num manual de economia política, o primeiro passo organizacional deverá ser separar a problemática possível de ser

enfocada sem interferência da análise marginal, da problemática somente captável em termos e técnicas marginalistas.

Perfeitamente exequível a determinação de preços, a teoria elementar da moeda, do comércio internacional, das crises, da distribuição e da troca sem a interferência da palavra marginal, "word so full of torment for the beginner", na aguda observação de Boulding.

O livro revela-se realmente como uma teoria geral no sentido em que evita ser compêndio dos problemas econômicos ocorrentes; e isto simplesmente pelo fato de que com o tempo "the student has to face economic problems those of today may no longer current".

Portanto, em comparação com o *Samuelson*, o *Boulding* não é um livro palpitante, engajado no processo econômico e sacudido pelas contradições, choques e tensões inerentes a todo processo.

O objetivo do livro, enfim, é propiciar ossatura lógica, de uma lógica, vamos dizer imprópriamente, "econômica". Treinar o estudante nos métodos de análise, segundo êle, será mais útil que apetrechá-lo de opiniões pessoais, moentes e correntes.

Além do mais, Boulding toca num ponto sensível na aprendizagem da Economia, nos *países desenvolvidos*.

O universitário americano, evidente, não se insere num contexto de *subdesenvolvimento geográfico* ou *externo*.

Todavia, o universitário americano — e o fato se estende aos outros países desenvolvidos — está enxertado num *subdesenvolvimento histórico* ou *interno*: o crescimento da economia americana tornaria obsoletas as atuais estruturas. Então, surge o problema da aprendizagem da Economia, no Tempo.

A Boulding êste ponto não escapou quando adverte ser mais importante dar ao estudante um treinamento que o capacite a compreender os problemas do mundo, de sua maturidade, em lugar dos problemas do mundo de sua juventude; conseqüentemente, é mais importante dar-lhe um rigoroso treinamento em métodos de análise que pressioná-lo com opiniões pessoais correntes.

Mas, evidentemente, o livro de *Boulding* está referenciado ao estudante americano. E como os outros manuais, quando lança mão do exemplo, colhe-o obviamente na sua circuns-

tância econômica. Para não nos alongarmos em maiores e melhores exemplos, basta a leitura do cap. VIII, "Some Further Applications of Supply and Demand Analysis", onde o estudante nacional fica meio "depaysé". Outro exemplo: o cap. 22, "The Impact of Government". Aqui, a estrutura constitucional do nosso país não auxilia absolutamente a compreensão da política econômica do governo americano.

A exemplificação sumariíssima do mecanismo do comércio internacional (vol. I, p. 80, trad. brasileira) é simplesmente irreal para os subdesenvolvidos.

A constante invocação ao trigo e à sua medida — o "bushel" — muito embora o tradutor se apresse em fazer a equivalência em litros, são outras referências sem operatividade.

Enfim, como não poderia deixar de ser, a teoria econômica soerguida por Boulding, por mais geral que venha a ser, está induzida à base de uma estrutura nacional, altamente desenvolvida.

Se nos fixamos, apenas, nesses três manuais é porque a maior parte dos nossos universitários dificilmente consegue atravessar a barreira do idioma estrangeiro, mesmo os mais acessíveis e linguisticamente aparentados, a exemplo do castelhano e do francês. A tradução de Guitton, lançada em 1959 não conseguiu se impor pelo menos, nos centros universitários do norte, como manual cotidiano.

O manual de Hicks, na tradução portuguesa da Livraria Clássica Editôra, não deveria se incluir nessa revisão, pois, trata-se de manual de especialização, dedicado ao estudo propedêutico da renda nacional. Todavia, a clareza, a precisão dêsse livro tornaram-no inseparável do estudante brasileiro.

Há, em verdade, entre nós, uma crise de livro de texto e a presença do manual estava se tornando imperativa. A organicidade da Economia Política — ciência explicadora de um processo, ciência eminentemente "processual" ou circunstancial — reclama um manual ajustado à estrutura subdesenvolvida como, igualmente, às deficiências do universitário.

Note-se que essa "crise" do livro de texto, tão aguda entre nós somente nos últimos vinte anos vem encontrando solução, quer na Europa, quer nos Estados Unidos.

A Economia Política, ciência fortemente integrada, não

favorece um desmembramento ou mesmo uma sequência genética, onde se pudesse arrancar do mais simples para o complexo.

Os temas, aqui, vinculam-se e radicam-se de tal forma que o processo de isolamento, por abstração, para facilidade didática, torna-se árduo e, praticamente, falho.

A experiência do manual estrangeiro, a exemplo dos já citados, neste particular, apresenta-se muito útil.

Resta-nos, apenas, construir o manual lastreado com a realidade subdesenvolvida existente. Poderíamos correr o risco do manual se tornar circunstancial, a exemplo do de Samuelson, ou despido da sobriedade do manual Boulding.

Contudo, impõe-se a necessidade do manual propedêutico baseado no nosso processo de subdesenvolvimento, como primeiro contato e tomada de consciência de uma realidade econômica.

Não estamos longe de acolher a existência, talvez, exagerada de duas Economias, de duas ciências econômicas: a economia do desenvolvimento e a economia do subdesenvolvimento. E a diferença não será só de grau: parece-nos, em muitos pontos, avivar-se diferença de *natureza*.

Para nós, urge uma teoria "nacional" do desenvolvimento econômico. E "nacional" aqui se agrega no seu lídimo sentido restrito para destacar o particularismo do subdesenvolvimento.

Certos figurantes do processo desenvolvimentista — o empresário inovador — é figura escassa no nosso ambiente.

Acreditamos mesmo que o empresário sulamericano age "racionalmente" através das oportunidades fáceis de "fazer dinheiro", oportunidades inexistentes para o empresário de estrutura altamente desenvolvida, como observou em lúcido ensaio *Nathan Rosenberg* (*Capital Formation in Underdeveloped Countries — The American Economic Review*, set. 1960, vol. L, n.º 4 págs. 706-715).

Categorias e conceitos pacificados entre economistas de estruturas desenvolvidas, perdem operatividade na apreensão de uma realidade econômica subdesenvolvida. Bastaríamos citar no Brasil e na América Latina o caso da *inflação* que está obrigando os economistas dos países desenvolvidos a reformularem suas interpretações.

O problema manual do desenvolvimento é de ordem geral. O prof. C. W. Guillebaud, da Universidade de Cambridge encarregado de redigir o Relatório do Colóquio de Talloires (O Colóquio de Talloires, na Alta Savoia teve lugar entre 27 e 30 de agosto de 1951, sendo promovido pela "Associação Internacional de Ciências Econômicas", sob o patrocínio da UNESCO. Estiveram representados no Colóquio de Talloires o Egito, EE. UU., França, Índia, México, Inglaterra, Suécia e Yugoslavia; o Colóquio debateu as diversas questões curriculares referentes ao ensino universitário da Economia) observou, em relação ao Egito, "on est fortement gêné par le fait que les exemples concrets cités dans ces ouvrages se rapportent, en general, a des situations peu connues des étudiants. Ce handicap ne pourra être surmonté que lors qu'il paraîtra en Egypte suffisamment d'ouvrages d'économie empruntant leurs exemples concrets à la vie économique du pays".

Há exemplos no livro de Stonier e Hague inassimiláveis para um estudante latinoamericano, especialmente brasileiro. Assim, a p. 84 da 2a. edição, exemplificando bens complementares cita, entre outros "bacon and eggs". O professor, se tiver agudeza, observará, ao aluno que presunto e ovos é dieta de angloamericanos sem qualquer significação para nós. E ao tradutor, prof. Cassio Fonseca, escapou terrivelmente a inoperância dêsse exemplo.

Outros manuais que surgem no vernáculo são desinteressantes para o universitário. Recentemente, traduziu-se o livro de Campbell R. Mc. Connel. A Parte I da obra é dedicada ao Capitalismo norteamericano; a Parte II, dedicada à macroeconomia, vincula-se também à economia americana. A Parte III — economia monetária — nada mais é que uma análise dos problemas monetários dos Estados Unidos. Enfim, há um capítulo sobre subdesenvolvimento, por sinal bem lançado e um capítulo sobre economia soviética.

Quando muito o livro de Mc Connel destina-se a professores de países subdesenvolvidos, apesar do título "Elementary Economics".

Essas considerações se impõem para melhor avaliação da oportunidade do livro do prof. Fernando Mota.

Sem dúvida, trata-se de livro bem feito e concatenado revelando na elaboração, maturidade e repouso. Não é obra açodada, nem redação ou alinhavo de quem quer se livrar de algo inoportuno e, por isto mesmo, vai deixando, ao correr da pena, contrastes e paradoxos, contradições e antíteses.

As sugestões e reparos aqui feitos, talvez, adquiram explicação na divergência original doutrinária, entre nós e o Autor. Sugestões e reparos que podem parecer a aparecer como pouco felizes ou demasiadamente injustos; porém, justificáveis dentro de um critério de sinceridade e liberalidade, apanágio de toda Universidade que se preza.

De início, o Autor encampa simplismo, no nosso entender nocivo, ao dizer em nota que as expressões “crescimento econômico” e “desenvolvimento econômico” são sempre usadas como sinônimos, salvo quando no contexto se faça expressa distinção (p. 13, nota 1). A distinção entre os conceitos não apareceu ao longo do livro. E se surgiu lamentavelmente não fixamos.

Aqueles que enfocam o *des* — ou *subdesenvolvimento econômico* através da ótica cultural, não acolhem sinonímia tão simplificante. A distinção não se projeta como requinte teórico. Ao contrário, adquire operatividade, principalmente, em termos da analítica da inflação.

O processo de desenvolvimento implica mudanças estruturais profundas. Acrescentamos o adjetivo, pois, no crescimento econômico verifica-se alteração estrutural, se bem que menos significativa.

Quando se constata “crescimento” econômico dentro de uma estrutura mutante, então, deparamos especificamente o processo de desenvolvimento econômico.

Mutação estrutural é o conceito focal no processo de desenvolvimento econômico. O crescimento econômico faz-se dentro de uma relativa unicidade estrutural.

A tese não adquire, como se sabe patente de inovação. Levantou-a Peroux, Byé e outros.

Superando a distinção o Autor abandonou, de golpe, uma problemática rica e complexa.

Assim, numa conseqüência lógica, identificou o modelo Harrod-Domar como um modelo de desenvolvimento. Desa-

tendeu, pelo menos aos conselhos de Hirschman para quem essa teoria encontrou campo de aplicação principal, estranhamente, nos planos de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

Integrava, assim, o Autor não apenas a economia poskeynesiana, antes a própria “revolução keysiana” de transcendente importância para o desenvolvimento e de escassa significação para os não-desenvolvidos.

Sem dúvida, há tentativas ousadas de aplicação do modelo keynesiano às economias atrasadas. Os trabalhos de G. Leduc orientam-se nêsse sentido.

Há dez anos atrás, em nossa tese de concurso à cátedra de Economia Política na Faculdade de Direito de S. Paulo, apontávamos a inaplicabilidade do modelo Keynesiano numa economia subdesenvolvida. (Cfr. Gláucio Veiga — *Revolução Keynesiana e Marxismo* — Recife, 1964, p. 145). E fazíamos referência ao trabalho pioneiro de Osman Ohyar divulgado no primeiro número de “*Economie Appliquée*” de 1951, trabalho êste igualmente invocado, em seu pioneirismo pelo vietnamita Nguyen Hun Chan em seu livro do ano passado, “*Structures, Institutions et Developpement Economique dans les Pays Sous — Développés*”.

Desfocou o Autor, ao nosso ver, assumindo postura inicial de sinonimizar crescimento e desenvolvimento, a problemática desenvolvimentista da sua situação histórica.

O processo de desenvolvimento se analisa tanto em relação à faixa histórica externa, quanto à faixa histórica interna do país em desenvolvimento. O país subdesenvolvido retém o “seu” Tempo mas não pode ignorar o Tempo que denominariamos “Tempo do Mundo” ou Tempo dos Desenvolvidos.

Os países atualmente desenvolvidos cresceram dentro dos quadros de uma nação geográfica e quase sempre politicamente definida. Nêsse sentido, podemos, falar de um desenvolvimento “mercantilista”, isto é, processo desenvolvimentista onde a Nação, o Estado ou são “suportes” do desenvolvimento ou são seus “promotores” (caso do Japão).

Mas, o contexto tribal ainda latente na maioria dos países africanos nos favorece dificuldades para uma idéia homogênea de Estado ou Nação, especialmente, aqueles países cuja in-

dependência se realizou após a II Grande Guerra, originários do despedaçamento dos impérios coloniais francês e inglês.

Se os países sulamericanos conheceram independência política nos primeiros decênios do século XIX, por outro lado, não adquiriram a consciência da organização estatal. E o processo de crescimento econômico se inicia um século ou mais após sua libertação política.

Portanto, há *tempos externos* diferentes para a África e América Latina como para a Inglaterra, a França ou Japão quando iniciaram o seu "takoff".

As nações são *inhistóricas* ou *ahistóricas*. O conceito de *inhistoricidade* é um conceito de relação, pois, se é *inhistórico* em referência a uma cultura, *in casu*, a cultura européia. O conceito de *ahistoricidade* é um conceito de integração.

Ora, essa diversidade de "tempos" justifica que se repila certas teorias, em regra, "gerais" mas, em verdade, bem particulares e destinadas a *um* "universo".

Colocando-se em posição oposta, o Autor não vacilou em situar o modelo Harrod Domar como modelo de desenvolvimento, quando, em verdade, não passa de um modelo, por sinal, superado de economia capitalista. Senão vejamos. Dentro do sistema keynesiano inexistente a preocupação pelos problemas do desenvolvimento econômico.

Decisivo para Keynes era o equilíbrio a curto prazo, pois, a longo prazo todos nós estamos mortos.

Na ótica de curto prazo, o estoque de capital, a tecnologia, a estrutura do mercado, os hábitos de poupança, o contexto social e cultural, a população etc. permanecem invariáveis ou, relativamente, invariáveis. Nestas condições, o problema se resume em determinar o *nível de equilíbrio da renda*.

Inspirado na trilogia keynesiana renda — poupança — investimento — HARROD parte para uma teoria dinâmica do crescimento.

Os germes desta teoria vamos encontrar no cap. II, sec. 4-5 do livro "Essay on the Trade Cycle" (1936), temática melhor desenvolvida no, hoje, famoso artigo publicado no "Economic Journal" de 1936, "An Essay in Dynamic Theory". Este ensaio seria uma espécie de prefácio do seu livro funda-

mental que surgiria depois: "Towards a Dynamic Economics" (1948).

Propõe Harrod no seu trabalho, "An Essay in Dynamic Theory" desenvolver três proposições:

- a) o nível de renda da comunidade é a mais importante determinante da oferta da poupança;
- b) a taxa de incremento da renda é uma determinante importante para a demanda da poupança;
- c) a demanda é igual a oferta.

Como diz o próprio Harrod, a teoria consiste num casamento entre o princípio da aceleração e a teoria do multiplicador.

Para solucionar os problemas surgidos com as flutuações cíclicas principalmente, a defasagem dos períodos de depressão e de reajustamento dos estoques de capital, é necessário se "pensar" dinamicamente.

O problema não se põe, apenas, no armar equações: reclama-se "um método de pensamento".

Concretizando seu ponto de vista, argumenta Harrod, que um economista coloque a seguinte interrogante: quais as repercussões sobre a estrutura econômica na hipótese de um incremento de exportação ou da existência de mudança tecnológica, poupadora de trabalho?

Em termos estáticos e das respectivas equações, o economista consideraria nova posição de equilíbrio, supondo um nível mais alto de exportações a ser mantido perpétuamente ou consideraria o invento poupador de trabalho a ser incorporado numa técnica produtiva, de uma vez por todas.

Suponhamos, agora, que a taxa de incremento das exportações continui a crescer firmemente ou que se multipliquem as mudanças tecnológicas, poupadoras de trabalho.

Então, o método do estático não seria suficiente. Mesmo que os teóricos de estatística admitissem uma modificação de estágio em estágio.

Necessita-se, então, mais que um método, diz Harrod. Necessita-se uma "mental revolution".

Isto não significa a eliminação da estática, como método,

senão apontar seu uso adequado para, apenas, determinadas categorias de problemas.

Para Harrod, há três elementos fundamentais no crescimento econômico:

- a) — população ativa ou força de trabalho;
- b) — renda per capita;
- c) — quantidade de capital disponível.

O Autor teria que chegar fatalmente a uma conclusão que chegou: “os modelos de Harrod e Domar constituem um subsídio de grande importância ao estudo do desenvolvimento econômico problema, no que tange, em particular, aos países de economia desenvolvida” (p. 105).

Mas, convenhamos, êsses modelos não interessam ao estudante brasileiro e, em certo sentido, nem mesmo a um universitário angloamericano.

Perroux considerou o modelo Harrod-Domar-Hicks como uma espécie de análise ‘gravemente insuficiente’ para as economias ocidentais. E quanto ao “self sustained growth”, numa economia subdesenvolvida, jamais se realizou na prática (Perroux-L’Economie des Jeunes Nations, p. 200-201).

Exatamente, por ser o desenvolvimento econômico um “crescimento” com mutações estruturais — o que o Autor parece não acolher — é que se explica a inadequação de manipular a realidade dos economicamente retardados com um instrumental forjado para o estudo puro e simples de crescimento econômico, sendo estrito (cfr. G. Abraham — Fróis — Essai sur les Problemes d’Investissement en Pays Sous — Developpés, p. 16-17).

Na sua exposição sobre o Marxismo, o Autor deixa claros não muito simpáticos para um marxista ortodoxo ou mesmo para um marxólogo.

Um deles, seria atribuir a Marx uma teoria do valor, lastreada no *trabalho*, continuando o autor de “Das Kapital” a tradição clássica.

Ora, Marx não apoiou sua teoria sobre o *trabalho*, antes sobre a *força de trabalho* (Arbeitskraft). De fato, em alguns

escritos e panfletos antes de “Das Kapital”, a distinção ainda não se fazia presente.

Marx definiu a força de trabalho como “a síntese de faculdades físicas e espirituais” (Inbegriff der physischen und geistigen Fähigkeiten) (Das Kapital, cap. IV, § 3.º, Livro I).

Não se diga que a distinção não retém significação. Esta torna-se fundamental na concepção marxista do trabalho *produtivo e improdutivo*.

Diga-se de passagem que outro simplismo se apresenta aí. Marx teria apenas endossado a concepção smithiana de trabalho produtivo.

Ao contrário, em Smith descobre Marx duas teorias contraditórias sobre o trabalho produtivo. E levando as últimas consequências a interpretação que julgava correta, Marx, na “História das Doutrinas Econômicas”, diria que o trabalho produtivo é o que reproduz o *capital variável* e produz a *mais valia*.

O operário improdutivo não vende mercadoria-trabalho, aduz Marx.

Esta problemática — trabalho produtivo versus improdutivo com suas raízes lógicas no conceito de “força de trabalho”, ganha, hoje, uma atualidade indiscutível, face aos desencontros, entre economistas soviéticos, em torno do conceito de *produto nacional*, principalmente, Riabuchkine, Petrov, Turetski, Pachkov e outros.

A exposição do modelo marxista de crescimento econômico feito pelo Autor não se ampara na melhor bibliografia. A invocação reiterada a obra da Senhora Robinson não nos parece feliz. Há muita coisa melhor escrita e arguta que o livrinho da Sra. Robinson.

O que a Sra. Robinson escreve sobre a taxa de lucro decrescente — que o Autor albergou — merecia tratamento mais adequado e que aqui fica à margem para não alongarmos esta nota.

Apenas, de passagem, anotamos que depois da afirmativa retumbante de Boehm — Bawerk — “a teoria do valor — trabalho de Marx é uma tautologia” — os críticos posteriores, a cada passo, elidem as dificuldades — no caso, a Sra. Robinson

— afirmando também que a interpretação marxista da lei de lucros decrescentes é uma tautologia.

Outros temas e tópicos poderiam ser abordados se não fosse a natural limitação de um registro bibliográfico.

Sem favor, o livro do Autor é manual indispensável a qualquer universitário de país subdesenvolvido. Indispensável particularmente porque deu organicidade textual a uma temática econômica, tocando em todos os pontos essenciais e apontando e amparando-se numa bibliografia seleta.

UMA INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA (*)

NEWTON SUCUPIRA

Dos muitos livros que se têm escrito ultimamente sobre a realidade brasileira em seus vários aspectos, destaca-se o ensaio de Pessoa de Moraes, *Sociologia da Revolução Brasileira*, como sendo das contribuições mais importantes para a compreensão do processo de transformação sócio-cultural que caracteriza o Brasil de hoje.

Tratando de assunto tão carregado de implicações ideológicas, soube o autor colocar-se num plano de imparcialidade e equilíbrio doutrinário que o guardou de resvalar para o tipo de sociologia partidária, marcadamente ideológica, muito ao gosto de certos intérpretes da realidade social brasileira.

O livro de Pessoa de Moraes se afasta, assim, de uma tese, particularmente difundida pelos teóricos, isebianos e marxistas, segundo a qual, na presente fase da auto-consciência brasileira, toda ciência social há de ser deliberadamente participante e estritamente orientada pela tomada de posição ideológica. Entendia-se que sendo a sociologia a autoconsciência científica de uma sociedade, o que não deixa de ser exato, deveria ela, não somente refletir a situação social que lhe deu origem, mas também estar comprometida com o que aqueles autores julgavam ser a direção irreversível do movimento político e social. Por isso mesmo despresava-se a sociologia puramente analítica ou rejeitavam-se as pesquisas empíricas ou os estudos de detalhes em benefício de uma visão global da realidade social determinada por *a priori* ideológicos. Pesquisas feitas segundo rigorosos critérios metodológicos, procurando atender às exigências

(*) Pessoa de Moraes, *Sociologia da Revolução Brasileira*, Editora Leitura, Rio, 1965, 343 páginas, prefácio de Gilberto Freyre.